

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL****ATA NÚMERO 40/2021-25 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 20 DE ABRIL DE 2023**

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores José António Amaro Nunes, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Sarmiento Gouveia de Assunção e Afonso Manuel Batista Dias, teve lugar a quadragésima reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e vinte e um - dois mil e vinte e cinco.

O Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião pelas dez horas e trinta minutos.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número trinta e nove da reunião desta Câmara Municipal de seis de abril corrente, a qual foi deliberado por unanimidade aprovar, sem alterações.

Não tendo havido assunto para o período de antes da ordem do dia, **o Senhor Presidente da Câmara** deu início à discussão da seguinte:

ORDEM DO DIA

PONTO 1 -Apreciação e aprovação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação relativo ao ano de 2022

PONTO 2 - Apreciação e aprovação dos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2022

PONTO 3 - Encerramento de conta bancária no "Banco Santander Totta" - Proposta

PONTO 4 - Conta bancária na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo destinada exclusivamente para cauções a favor do Município - proposta

PONTO 5 - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - informação referente ao período de 03.02.2023 a 17.04.2023

PONTO 6 - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 7 - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - informação do Senhor Presidente da Câmara

PONTO 8 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 9 - 2ª alteração modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano 2023

PONTO 1 -APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPETIVA AVALIAÇÃO RELATIVO AO ANO DE 2022

Presente o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, elaborado nos termos do Decreto-Lei n° 192/2015, de onze de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), para efeitos de aprovação no uso da competência fixada na alínea i) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n°75/2013, de 12.09.

Verificou-se que integram o inventário, composto por trezentas e noventa e seis folhas, os seguintes documentos:

a) fichas patrimoniais referentes a Investimentos financeiros, Propriedades de Investimento, Ativos Fixos Tangíveis, Ativos Intangíveis e Investimentos em Curso (classe 4 - Investimentos do SNC-AP);

b) mapas das alterações patrimoniais, no valor total de € 349.118,10 (trezentos e quarenta e nove mil e cento e dezoito euros e dez cêntimos);

c) mapa geral de bens móveis abatidos, no valor total do abate de € 3.086,85 (três mil e oitenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos) sendo o valor patrimonial atualizado de € 83.230,52 (oitenta e três mil e duzentos e trinta euros e cinquenta e dois cêntimos);

d) mapa geral de bens imóveis abatidos, no valor total do abate de € 317.230,88 (trezentos e dezassete mil e duzentos e trinta euros e oitenta e oito cêntimos) sendo o valor patrimonial atualizado de € 393.416,02 (trezentos e noventa e três mil e quatrocentos e dezasseis euros e dois cêntimos);

e) mapa do ativo bruto reportado a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, cujo saldo final é de € 74.717.645,31 (setenta e quatro milhões e setecentos e dezassete mil e seiscentos e quarenta e cinco euros e trinta e um cêntimos);

f) mapa dos investimentos em curso", em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, cujo saldo final é de € 113.626,29 (cento e treze mil e seiscentos e vinte e seis euros e vinte e nove cêntimos); e

g) mapa das amortizações e provisões" reportado a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, cujo saldo final é de € 43.911.830,17 (quarenta e três milhões e novecentos e onze mil e oitocentos e trinta euros e dezassete cêntimos).

Verificou-se ainda que o valor total das dívidas a terceiros (classe dois do SNC-AP) é de € 12.958.685,87 (doze milhões e novecentos e cinquenta e oito mil e seiscentos e oitenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos); que o valor total das dívidas de terceiros (classe dois do SNC-AP) é de € 1.264.753,83 (um milhão e duzentos e sessenta e quatro mil



45211 El 050
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

e setecentos e cinquenta e três euros e oitenta e três cêntimos); que o valor total dos inventários (classe três do SNC-AP) é de € 46.582,59 (quarenta e seis mil e quinhentos e oitenta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos) e que o valor total dos meios financeiros líquidos (classe um do SNC-AP) é de € 353.501,16 (trezentos e cinquenta e três mil e quinhentos e um euros e dezasseis cêntimos) cujos documentos de suporte se encontram anexos aos documentos de prestação de contas.

O Senhor Vereador José António Amaro Nunes informou que não conseguiu abrir os ficheiros contendo os documentos do inventário e da prestação de contas.

Apreciado o presente documento, foi o mesmo submetido à votação, tendo sido deliberado por unanimidade, aprovar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais deste Município, referente ao ano de dois mil e vinte e dois, elaborado de acordo com o SNC-AP, bem como todos os documentos que o compõem e a respetiva avaliação, no valor líquido de € 30.805.815,14 (trinta milhões e oitocentos e cinco mil e oitocentos e quinze euros e catorze cêntimos).

Foi ainda deliberado por unanimidade enviar o inventário à Assembleia Municipal para apreciação e votação, conforme previsto na alínea l) do n° 2 do artigo 25° do Anexo I à Lei n°75/2013, de 12.09.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2 - APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2022

Presentes os documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e vinte e dois, elaborados nos termos do Decreto-Lei n° 192/2015, de onze de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e da Instrução n° 1/2019 do Tribunal de Contas, os quais são os seguintes e se encontram integralmente elaborados, devidamente arquivados na Secção de Contabilidade da Divisão Administrativa e Financeira deste Município, onde estarão disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados:

1. Demonstrações financeiras (individuais):

* Balanço, que apresenta: no Ativo, o valor total de € 32.488.899,15 (trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta e oito mil e oitocentos e noventa e nove euros e quinze cêntimos); no Património Líquido, o valor total de € 19.319.385,92 (dezanove milhões e trezentos e dezanove mil e trezentos e oitenta e cinco euros e noventa e dois cêntimos) e no Passivo o valor total de € 13.169.513,23 (treze milhões e cento e sessenta e nove mil e quinhentos e treze euros e vinte e três cêntimos).

O balanço apresenta em anexo a demonstração do cumprimento do plano de saneamento financeiro ajustado, aprovado pela Assembleia Municipal em 27.02.2017, referente ao ano 2022;

* Demonstração de resultados por natureza, que apresenta Resultados antes de Depreciações e Gastos de Financiamento no valor de € 825.563,56 (oitocentos e vinte e cinco mil e quinhentos e sessenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos); Resultado Operacional (antes de resultado financeiros) de - € 1.307.039,49 (valor negativo de um milhão e trezentos e sete mil e trinta e nove euros e quarenta e nove cêntimos); Resultado antes de Impostos de - € 1.522.416,57 (valor negativo de um milhão e quinhentos e vinte e dois mil e quatrocentos e dezasseis euros e cinquenta e sete cêntimos); e o Resultado Líquido do Período de - € 1.522.416,57 (valor negativo um milhão e quinhentos e vinte e dois mil e quatrocentos e dezasseis euros e cinquenta e sete cêntimos);

* Demonstração das alterações no património líquido, que apresenta: em "Posição no início do período" o valor de € 19.857.253,49 (dezanove milhões e oitocentos e cinquenta e sete mil e duzentos e cinquenta e três euros e quarenta e nove cêntimos); em "Alterações no período" o valor de € 1.141.773,70 (um milhão e cento e quarenta e um mil e setecentos e setenta e três euros e setenta cêntimos) e em "Posição no final do período" o valor de € 19.319.385,92 (dezanove milhões e trezentos e dezanove mil e trezentos e oitenta e cinco euros e noventa e dois cêntimos);

* Demonstração dos Fluxos de Caixa, que apresenta: o valor dos recebimentos menos pagamentos no montante de € 1.427.280,64 (um milhão e quatrocentos e vinte e sete mil e duzentos e oitenta euros e sessenta e quatro cêntimos), proveniente de "Fluxos de caixa de das atividades operacionais"; - € 329.357,44 (valor negativo de trezentos e vinte e nove mil e trezentos e cinquenta e sete euros e quarenta e quatro cêntimos), proveniente de "Fluxos de caixa de atividades de investimento"; - € 1.072.548,00 (valor negativo de um milhão e setenta e dois mil e quinhentos e quarenta e oito euros), proveniente de "Fluxos de caixa de atividades de financiamento"; € 25.375,20 (vinte e cinco mil e trezentos e setenta e cinco euros e vinte cêntimos) em "Variações de caixa e seus equivalentes"; saldo da gerência anterior (SGA) no valor total de € 328.125,96 (trezentos e vinte e oito mil e cento e vinte e cinco euros e noventa e seis cêntimos), sendo SGA de execução orçamental no montante de € 32.967,04 (trinta e dois mil e novecentos e sessenta e sete euros e quatro cêntimos) e SGA de operações de tesouraria no montante de € 295.158,92 (duzentos e noventa e cinco mil e cento e cinquenta e oito euros e noventa e dois cêntimos); e saldo para a gerência seguinte (SGS) no montante



Fl. 051

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

total de € 353.501,16 (trezentos e cinquenta e três mil e quinhentos e um euros e dezasseis cêntimos), sendo SGS de execução orçamental no montante de € 58.816,46 (cinquenta e oito mil e oitocentos e dezasseis euros e quarenta e seis cêntimos) e SGS de operações de tesouraria no montante de € 294.684,70 (duzentos e noventa e quatro mil e seiscentos e oitenta e quatro euros e setenta cêntimos);

*Anexo às demonstrações financeiras, do qual consta a seguinte informação:

Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico (Q1-Desagregação de caixa e depósitos);

Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros;

Ativos intangíveis: Q3.1-AI-Variação das amortizações e perdas por imparidades; Q3.2-AI-Quantia escriturada e variações no período; Q3.2A-AI- Desagregação das adições;

Acordos de concessão de serviços: concedente: Q4-Contratos concessão (concedente);

Ativos fixos tangíveis: Q5.1-AFT-Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas;

Q5.2-AFT - Quantia escriturada e variações no período; Q5.2A-AFT-Desagregação das adições e Q 5.2B-AFT-Desagregação das diminuições;

Locações: Q6.1-Locações financeiras-Locatário; Q 6.2-Locações operacionais-Locatário;

Custos de empréstimos obtidos: Q7.1-Empréstimos obtidos-Empréstimos bancários;

Propriedades de investimento: Q8.1-PI-(modelo justo valor)-Quantia escriturada e movimentos do período;

Inventários: Q10.1-Inventários e Q10.2- Inventários: movimentos do período;

Rendimentos de transações com contraprestação: Q13.1-Rendimentos com contraprestação;

Rendimentos de transações sem contraprestação: Q14.1 - Rendimentos sem contraprestação;

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes: Q15.1 - Provisões;

Acontecimentos após a data de relato; e

Interesses em outras entidades.

*Balancete analítico da contabilidade orçamental e financeira (classe 0 à 8) - mês 13, que apresenta o saldo final, a débito e a crédito, no montante de € 209.143.637,03 (duzentos e nove milhões e cento e quarenta e três mil e seiscentos e trinta e sete euros e três cêntimos);

*Balancete analítico da contabilidade orçamental e financeira (classe 0 à 8) - mês 14, que apresenta o saldo final, a débito e a crédito, no montante de € 118.841.116,23 (cento e dezoito milhões e oitocentos e quarenta e um mil e cento e dezasseis euros e vinte e três cêntimos).

2.Demonstrações orçamentais:

2.1. Demonstrações previsionais: Orçamento e Plano Orçamental Plurianual; Plano plurianual de investimentos (PPI).

2.2. Demonstrações de relato (individuais):

*Demonstração de desempenho orçamental, que apresenta:

Saldo da Gerência Anterior (SGA), no montante de € 328.125,96 (trezentos e vinte e oito mil e cento e vinte e cinco euros e noventa e seis cêntimos), sendo o montante de € 32.967,04 (trinta e dois mil e novecentos e sessenta e sete euros e quatro cêntimos), correspondente a operações orçamentais e o montante de € 295.158,92 (duzentos e noventa e cinco mil e cento e cinquenta e oito euros e noventa e dois cêntimos) correspondente a operações de tesouraria;

Receita corrente, no montante de € 9.576.981,33 (nove milhões e quinhentos e setenta e seis mil e novecentos e oitenta e um euros e trinta e três cêntimos) e receita de capital, no montante de € 1.207.764,51 (um milhão e duzentos e sete mil e setecentos e sessenta e quatro mil e cinquenta e um cêntimos), perfazendo a receita efetiva no montante total de € 10.793.076,54 (dez milhões e setecentos e noventa e três mil e setenta e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos), a que acresce a receita não efetiva no montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros); a soma da receita efetiva com a receita não efetiva perfaz o total de € 11.193.076,54 (onze milhões e cento e noventa e três mil e setenta e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos);

Despesa corrente, no montante de € 8.184.920,12 (oito milhões e cento e oitenta e quatro mil e novecentos e vinte euros e doze cêntimos) e despesa de capital, no montante de € 1.623.620,21 (um milhão e seiscentos e vinte e três mil e seiscentos e vinte euros e vinte e um cêntimos), perfazendo a despesa efetiva no montante total de € 9.808.540,33 (nove milhões e oitocentos e oito mil e quinhentos e quarenta euros e trinta e três cêntimos); a que acresce a despesa não efetiva no montante de € 1.358.686,79 (um milhão e trezentos e cinquenta e oito mil e seiscentos e oitenta e seis euros e setenta e nove cêntimos); a soma da despesa efetiva com a despesa não efetiva perfaz o montante de € 11.167.227,12 (onze milhões e cento e sessenta e sete mil e duzentos e vinte e sete euros e doze cêntimos);

Saldo para a gerência seguinte (SGS) no montante total de € 353.501,16 (trezentos e cinquenta e três mil e quinhentos e um euros e dezasseis cêntimos), sendo o montante de € 58.816,46 (cinquenta e oito mil e oitocentos e dezasseis euros e quarenta e seis cêntimos) correspondente a operações orçamentais e o montante de € 294.684,70 (duzentos e noventa e quatro mil e seiscentos e oitenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos) a operações de tesouraria; e



Fl. 052

*Valença***MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

Saldo global, correspondente à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva, no montante de € 984.536,21 (novecentos e oitenta e quatro mil e quinhentos e trinta e seis euros e vinte e um cêntimos);

*Demonstração de execução orçamental da receita, que apresenta: em previsões corrigidas, o montante total de € 17.189.538,08 (dezassete milhões e cento e oitenta e nove mil e quinhentos e trinta e oito euros e oito cêntimos); em receitas por cobrar de períodos anteriores, o montante de € 357.650,47 (trezentos e cinquenta e sete mil e seiscentos e cinquenta euros e quarenta e sete cêntimos); em receitas cobradas líquidas, o montante total de € 11.327.827,02 (onze milhões e trezentos e vinte e sete mil e oitocentos e vinte e sete euros e dois cêntimos); e em receitas por cobrar no final do período no montante de € 252.473,66 (duzentos e cinquenta e dois euros e quatrocentos e setenta e três euros e sessenta e seis cêntimos), a que corresponde o grau de execução orçamental no período corrente de 63,95%;

*Demonstração de execução orçamental de despesa, que apresenta: em dotações corrigidas o montante total de € 17.189.538,08 (dezassete milhões e cento e oitenta e nove mil e quinhentos e trinta e oito euros e oito cêntimos); em despesas por pagar de períodos anteriores, o montante de € 2.491.057,03 (dois milhões e quatrocentos e noventa e um mil e cinquenta e sete euros e três cêntimos); em despesas pagas líquidas de reposições, o montante total de € 11.167.227,12 (onze milhões e cento e sessenta e sete mil e duzentos e vinte e sete euros e doze cêntimos); e em obrigações por pagar, o montante de € 3.061.390,69 (três milhões e sessenta e um mil e trezentos e noventa euros e sessenta e nove cêntimos), a que corresponde o grau de execução orçamental no período corrente de 57,51%;

*Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos, que apresenta o montante previsto no ano de € 10.304.630,63 (dez milhões e trezentos e quatro mil e seiscentos e trinta euros e sessenta e três cêntimos) e o montante executado de € 2.632.278,90 (dois milhões e seiscentos e trinta e dois mil e duzentos e setenta e oito euros e noventa cêntimos), a que corresponde a taxa de execução anual de 25,54%.

*Anexo às demonstrações orçamentais:

Alterações orçamentais da receita;

Alterações orçamentais da despesa;

Alterações ao plano plurianual de investimentos;

Operações de tesouraria, que apresenta o saldo inicial de € 295.158,92 (duzentos e noventa e cinco mil e cento e cinquenta e oito euros e noventa e dois cêntimos) e o saldo final de € 294.684,70 (duzentos e noventa e quatro mil e seiscentos e oitenta e quatro euros e setenta e sete cêntimos);

Contratação administrativa - situação dos contratos, que apresenta pagamentos da gerência no montante total de € 2.565.932,60 (dois milhões e quinhentos e sessenta e cinco mil e novecentos e trinta e dois euros e sessenta cêntimos);

Contratação administrativa - adjudicação por tipo de procedimento, que apresenta o montante total de adjudicações registadas/iniciadas no exercício, com exceção das anuladas e arquivadas e excluindo as modalidades no âmbito do COVID, no montante total de € 3.340.171,25 (três milhões e trezentos e quarenta mil e cento e setenta e um euros e vinte e cinco cêntimos), correspondente a 218 contratos;

Transferências e subsídios concedidos, que apresenta o montante total de transferências correntes de € 653.412,31 (seiscentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e doze euros e trinta e um cêntimos) e transferências de capital no montante total de € 206.050,00 (duzentos e seis mil e cinquenta euros).

Transferências e subsídios recebidos, que apresenta transferências correntes no montante total de € 6.555.946,63 (seis milhões e quinhentos e cinquenta e cinco mil e novecentos e quarenta e seis euros e sessenta e três cêntimos) e transferências de capital no montante total de € 1.143.331,51 € (um milhão e cento e quarenta e três mil e trezentos e trinta e um euros e cinquenta e um cêntimos) não tendo sido recebidos subsídios;

* Dívidas a terceiros por antiguidade dos saldos, que apresenta o montante total de dívida por natureza da despesa de € 5.829.763,44 (cinco milhões e oitocentos e vinte e nove mil e setecentos e sessenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos); e

*Encargos contratuais;

3.Contabilidade de gestão: Relatório de gestão (parágrafo 34 NCP 27).

4.Outros: Correspondência entre o plano de contas local e o plano de contas central.

5.Documentos genéricos:

*Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato;

*Responsáveis pelas demonstrações financeiras (SNC-AP);

*Responsáveis pelas demonstrações orçamentais (SNC-AP);

*Caracterização da entidade;

*Mapa dos investimentos financeiros;

*Mapa de acumulação de funções;

*Certidões ou extratos dos saldos bancários reportados ao fim do exercício e dos juros obtidos no exercício;

*Reconciliações bancárias;

*Síntese das reconciliações bancárias;

6.Documentos específicos para a Administração Local:



MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

*Dívida total: Entidades relevantes para efeitos da dívida total;

*Apuramento da dívida total, que apresenta o montante de € 11.629.008,10 (onze milhões seiscentos e vinte e nove mil e oito euros e dez cêntimos);

*Limite da dívida total no ano N, que apresenta o montante de € 13.043.423,62 (treze milhões e quarenta e três mil e quatrocentos e vinte e três euros e sessenta e dois cêntimos);

*Transferência de competências de órgãos do Estado;

*Delegação de competências do Município; e

*Mapa de empréstimos, que apresenta no final do período, capital em dívida no montante total de € 5.333.584,69 (cinco milhões e trezentos e trinta e três mil e quinhentos e oitenta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos).

7. Outros:

*Dados sobre a execução física e financeira das medidas de combate aos efeitos da COVID-19, no ano 2022.

Presente ainda uma informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de hoje, indicando que não são apresentados os seguintes documentos constantes do Anexo A à Instrução n° 1/2019 do Tribunal de Contas, em virtude de não existir informação a divulgar, da natureza ou com o conteúdo ali indicado:

1. Demonstrações financeiras (individuais):

No Anexo às demonstrações financeiras: Ativos intangíveis: Q 3.3. Excedentes de revalorização; Ativos fixos tangíveis: Q 5.3. Excedentes de revalorização; Locações: Q 6.3. Locações financeiras - locador; Q 6.4. Locações operacionais - locador; Propriedades de investimento: PI (modelo justo valor) - quantia escriturada e movimentos do período, PI (modelo justo valor) - desagregação das adições, PI (modelo justo valor) - desagregação das diminuições; Imparidade de ativos: Q 9.1. Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa; Agricultura: Q 11.1 Agricultura (variações); Contratos de construção: Q 12.1 Contratos de construção; Efeitos de alterações em taxas de câmbio; Instrumentos financeiros: Q 18.1. Ativos financeiros, Q 18.2 Passivos financeiros, Q 18.3 Instrumentos de cobertura de riscos; Q 18.4 Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital; Benefícios dos empregados: Q 19.1 Valor presente da obrigação de benefícios definidos, Q 19.2. Justo valor dos ativos do plano e dos direitos de reembolso reconhecidos como ativo e Q 19.3. Gastos reconhecidos no período; Divulgações de partes relacionadas: 20..Listagem de entidades controladas: Q 20.1. Transação entre partes relacionadas.

2. Demonstrações orçamentais/ Demonstrações de relato (individuais): outras divulgações;

3. Contabilidade de gestão: Relatórios periódicos de relato à gestão. e

4. Documentos genéricos: Relatório e parecer do órgão de fiscalização.

O **Senhor Presidente da Câmara** começou por agradecer à Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Administrativa e a todos os técnicos da área financeira que elaboraram os presentes documentos, pela competência e dedicação demonstradas. Agradeceu também ao Senhor Vice-Presidente pelo seu empenho no acompanhamento permanente deste trabalho e aos Senhores Vereadores por terem comparecido na reunião de apresentação da prestação de contas.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** disse o seguinte:

"Começo por dirigir uma palavra de gratidão, na pessoa da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a todos os técnicos da área administrativa e financeira, porque este ano foi muito complicado, pois o *software* nem sempre responde na medida e com a rapidez que desejamos. Agradecer obviamente aos Senhores Vereadores por terem comparecido no dia 14 de abril na reunião onde apreciámos estes documentos.

Relativamente ao relatório de contas, saliento o enquadramento macroeconómico no ano de 2022, que iniciou com o plano de emergência da COVID 19 ainda ativo e logo em fevereiro uma guerra, com impacto a nível mundial, seguida da inflação e do aumento das taxas de juro, que deverão continuar a criar dificuldades às famílias.

A guerra na Ucrânia criou também dificuldades para o Município, uma vez que os valores de fornecimento de inúmeros bens e serviços, incluindo combustíveis e energia, aumentaram substancialmente.

No que respeita às Grandes Opções do Plano de 2022, já verificamos que não abriu qualquer aviso dos fundos comunitários, destinado aos Municípios e, pior, o programa Portugal 2020 mantém os atrasos que se verificavam, o que fez com que mantivéssemos a execução de alguns projetos. A respetiva execução ficou assim bastante abaixo do previsto, mas nada que não tenha sido previsto aquando da elaboração do Orçamento.

Os atrasos nos pagamentos não acontecem por vontade própria, mas por dificuldades de tesouraria.

Aliás, esta forma de apresentação de contas acaba por não ser a melhor, porque nós temos de refletir as dívidas, que já sabemos que não serão pagas e por consequência a execução baixa.



Fl. 054

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

Por exemplo, a obra de melhoria da eficiência energética da Escola C+S Tarouca que foi executada em 2022, mas foi paga em 2023.

O mesmo para os investimentos sociais que decorreram em 2022, mas apenas tiveram execução em 2023.

Finalmente, o Caminho de Monges foi concluído em 2022, com execução financeira em 2023.

Já o apoio à aquisição do novo órgão do Mosteiro de S. João de Tarouca e a execução da toponímia aparecem com taxas de execução elevadas, contudo era expectável estar terminado em 2022.

Estas são as grandes razões dos desvios ao nível das Grandes Opções do Plano.

Foram concluídos em 2022 o Parque de Santa Helena, a remoção e substituição do fibrocimento no Agrupamento de Escola Dr., José Leite de Vasconcelos, a Grande Rota "Caminho dos Monges", a requalificação da Zona Ribeirinha do Outeiro - Mondim da Beira a Eficiência Energética no que respeita à substituição da caixilharia dos edifícios do Agrupamento de Escola Dr., José Leite de Vasconcelos e a substituição dos abrigos de passageiros - 2ª fase.

Proteção Civil: iniciámos 2022 com a COVID-19 e até ao final do ano houve muito trabalho devido à seca. Dirijo aos Bombeiros Voluntários uma palavra de enorme gratidão pelo trabalho desenvolvido para garantir maior segurança e melhor combate aos fogos florestais.

Quanto ao património edificado, foram realizadas as empreitadas de eficiência energética e de remoção do fibrocimento na Escola E.B.2/3-S de Tarouca.

Continuamos com uma escola sem abandono escolar, que, em 2022, foi a mais bem classificada em todo o Douro Sul.

Saliento a parceria com a Santa Casa da Misericórdia e mantivemos os apoios às famílias (refeições gratuitas, transporte escolar gratuito, material escolar).

A nível da ação social, a COVID já tinha deixado um conjunto de marcas, mas a guerra na Ucrânia agudizou a situação. Neste contexto, é de valorizar a capacidade de ação dos técnicos do Serviço de Ação Social.

Deu-se continuidade aos apoios às instituições particulares de solidariedade social, Bombeiros Voluntários de Tarouca, GNR, Centro de Saúde, para que os nossos cidadãos tivessem as melhores condições.

Em 2022, no âmbito do Ordenamento do Território avançámos com a Estratégia Local de Habitação. Foi fechado o projeto, que será muito interessante para o nosso Concelho.

Também o BUPI ganhou maior força e foi a cada uma das freguesias.

Em 2022 detetamos um conjunto de falhas profundas ao nível do abastecimento de água e ainda a semana passada reunimos

com a empresa "Águas do Norte", sendo é necessário um investimento da nossa parte de cerca de dois milhões de euros, que não havendo fundos comunitários não será de fácil concretização.

Agricultura: a seca e as alterações climáticas foram as principais preocupações em 2022, aguardamos com alguma expectativa as propostas que fizemos ao Governo sobre os regadios.

Ambiente: mais uma vez Tarouca foi galardoada com a Bandeira Eco XXI. Este galardão reflete o bom trabalho que se tem feito ao nível do ambiente, com os vários players nesta área, incluindo com os baldios. Fizemos em 2022 uma ação de limpeza da serra não vista há muito tempo.

Cultura, desporto, recreio e lazer: arranque das atividades em parceria com as várias associações do Concelho e outras entidades a nível regional e nacional.

Avançámos com o evento Varosa Fest que é já uma marca para o nosso território.

Indústria: avançámos com a segunda fase da AAEL de Tarouca e com a venda os lotes.

Turismo: marcámos presença nas feiras e ações de divulgação turística do nosso concelho.

Destaco a habitação e serviços coletivos que garante 24% do Plano Plurianual de Investimentos, transportes com e comunicações com 18% e indústria e energia com 24%.

A execução orçamental atingiu 63%, 11,2 milhões de euros. Como é sabido poderia haver uma retificação ao orçamento para nos aproximar de uma taxa de execução superior, mas como não pagámos tal não foi possível.

Contudo, estes 11,2 milhões de euros representam uma execução inferior em cerca de 1,4 milhões de euros à execução do ano passado. Isto não é assim tão mau, porque esta é a segunda melhor execução desde 2010. Saliento que houve 500 mil euros a menos nas transferências de Estado e também não houve fundos comunitários para projetos novos.

Neste sentido, o valor é bom, mas é um pouco abaixo de 2021. Na receita, destaco que 58% do montante arrecadado diz respeito a transferências correntes do Estado.

A venda de bens e serviços correntes teve um aumento entre 2021 e 2022 porque houve recuperação da dívida.

Despesa: na sua composição a despesa com pessoal chega a 48%, a aquisição de bens e serviços foi de 17,32 % e as despesas de capital representam 27%.

Os passivos financeiros atingiram € 1.300.000,00 (pagamentos à banca).

Limites legais: o Município não se encontra em excesso de endividamento. Em 31.12.2022 a margem absoluta é de 2,3 milhões de euros. Saímos há uns anos atrás com um excesso de 5,7 milhões de euros



FI 055

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

Contudo, o Município apenas pode utilizar 20% desta margem para se endividar.

Prazo médio de pagamentos: 126 dias, sendo que, se retirarmos o valor relativo às Águas do Norte, em acordo de pagamento, que tecnicamente considero que não deveria entrar, este prazo seria de apenas 85 dias.

Uma nota final para salientar que as contas, continuo a dizer, não refletem o que se faz. Tudo quanto é execução física não tem expressão na conta, porque o Município trabalha com a contabilidade orçamental e financeira e não trabalha a execução física.

O Resultado Líquido do Exercício é negativo, tendo para o mesmo contribuído a redução das Transferências Correntes e dos Trabalhos para a Própria Entidade. Por outro lado, o custo das matérias-primas consumidas regista um aumento de cerca 300.000,00 €, devido em parte às novas competências recebidas do Estado.”

O Senhor Vereador José António Amaro Nunes disse o seguinte: “Começo por agradecer ao Senhor Presidente da Câmara por ter aceite o meu pedido de alteração da hora de início desta reunião.

Por uma questão de coerência, aquando da aprovação deste Orçamento, que agora estamos a ver se foi ou não executado, o nosso sentido de voto foi de abstenção que teremos de manter.

Já na altura dissemos, e continuamos a dizer, embora concordando que os números nem sempre traduzem o que realmente foi feito, que o Orçamento apresentava alguma falta de visão e percebemos que havia alguma falta de disponibilidade de tesouraria. Por isso abstivemo-nos.

Agora também nos iremos abster. Porquê?

Quando no início do relatório se diz “fazer de Tarouca um território mais dinâmico, atrativo, inovador, sustentável e solidário, garantindo coesão e inclusão social, colocando as pessoas no centro das decisões políticas”, sobretudo queremos ajudar este princípio que é transversal e estamos de acordo com isso. Se queremos fazer temos que propor políticas e ações concretizadoras desses princípios.

Por isso, durante o ano de 2022, o Movimento de Cidadãos Amar Tarouca chamou a atenção para assuntos que não estariam a correr tão bem, os tais princípios da transparência, da equidade e da solidariedade, por exemplo, nas situações de contratação de pessoal chamámos a atenção para qual era o modelo organizacional que se propunha. O princípio da equidade também faltou em relação aos apoios dados às Associações e às Juntas de Freguesia.

Por isso, dissemos e chamamos à atenção, relativamente à coesão social que faltou alguma visão quanto à AAEL e à dinâmica que daí resultou; a falta de atenção sobre a “Coisa

Pública", existindo uma ação popular a decorrer que será julgada em 17 de maio próximo. E outras ações populares que poderão surgir relativamente à AAEL de Tarouca e à instalação de algumas indústrias que seriam nefastas para o nosso território.

Órgão de S. João de Tarouca: é financiado pelo Ministério da Cultura? Nesse caso o que se diz no relatório não corresponde à realidade.

Diz-se no relatório que as dificuldades financeiras estão ultrapassadas, mas do discurso que acabamos de ouvir, mantém-se a dívida e aumentaram as dívidas a fornecedores. Relativamente à proteção civil, tenho-me recatado porque sei das dificuldades existentes, mas parece-me que não estaremos a fazer tudo o que é possível, na gestão da rede primária e secundária e na reflorestação, que deveria ser mais premente.

Apoios às Instituições: é um dever desta Casa fazê-lo e fá-lo bem, recebendo o retorno. Daí o nosso apoio e o nosso voto positivo.

Na educação, também fico muito orgulhoso com os resultados obtidos, mas dizemos que somos a melhor escola em 2022 e corremos o risco de, amanhã, as coisas não serem bem assim. Tal como as contas, as leituras que foram feitas podem induzir-nos em exacerbados orgulhos que amanhã poderão ter que ser corrigidos.

O Município fez um esforço enorme na concessão de apoios às IPSS'S pelas razões que já aqui foram discutidas. Na verdade, na Ação Social, estas entidades precisam mesmo do apoio deste Município, o que exigia estabelecer uma política para o futuro, planeada e estratégica como sempre dissemos.

Na Ação Social, não percebi a referência aos Bombeiros Voluntários.

Ordenamento do Território: apoiámos e aprovámos com muito agrado a Estratégia Local de Habitação, porque a nosso ver e decorre de programa de ação que apresentámos aquando da nossa candidatura a este Executivo, uma das políticas que deveria ser alavancada é a requalificação urbana e dentro dessa o imobiliário habitacional.

Temos potencial, temos zonas antigas e poderíamos dar trabalho a muita gente, nesta área, tal como aconteceu com as Aldeias Vinhateiras, e a requalificação de Ucanha e parte de Salzedas. Esta sim é de facto uma das possibilidades de alavancar o desenvolvimento do nosso Concelho.

Não percebo o que se diz sobre o PAMUS, e passo a ler: "a reabilitação da totalidade dos abrigos de passageiros, assume-se como uma mais-valia no âmbito das deslocações pendulares, determinado uma alternativa eficaz ao transporte individual de passageiros, não só porque permite deslocações mais rápidas, curtas e eficientes, mas também porque se



Fl. 056

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

revela mais saudável e menos dispendiosa". Como não temos uma rede de transportes coletivos, existem os autocarros municipais, não percebo o que é dito. Qual é a alternativa ao transporte individual das pessoas?

A remoção do fibrocimento na Escola C+S foi de facto uma obra importante, porque deu "condições de segurança e saúde da nossa escola pública, visando eliminar fatores potencialmente prejudiciais para a saúde humana e o ambiente associados à existência de materiais com amianto na sua composição."

Eu, ao ler isto, lembrei-me de uma célebre reunião do Conselho Geral da Escola, em que levantei esta questão e o Senhor Vice-Presidente disse que não estava provado que aquela cobertura tivesse alguma partícula de amianto, que fosse prejudicial para a saúde. Portanto os meus parabéns ao Município, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, por ver agora esta obra concretizada, como pai de aluno daquela Escola.

E depois a substituição da caixilharia. Para mim são duas obras muito importantes.

No protocolo celebrado com o Ministério da Educação em 2009 constava uma rubrica de cerca de 22.000,00 € para reparação e manutenção do edifício. Fico muito satisfeito com a execução destas obras.

Tenho pena que o aquecimento do pavilhão multiusos não fosse substituído, porque em pleno inverno não é fácil para os miúdos fazer desporto com frio.

Por isso, sugiro que seja verificado se é possível substituir o aquecimento do pavilhão, que nunca foi ligado nos dois últimos anos.

BUPI: fizemos muito bem em aderir, porque, caso contrário, nunca mais se faria a georreferenciação dos prédios. Como profissional da barra, sei que mais de 40% das ações no Julgado de Paz são para demarcação de propriedades. Agora não se diga que o BUPI dá o registo, porque depende sempre da existência de título."

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo esclareceu que essa informação não é prestada pelos nossos serviços, pelo contrário.

O Senhor Vereador José António Amaro Nunes continuou dizendo o seguinte:

"Constato que essa era uma expectativa das pessoas, mas têm sempre que possuir o título e deve ser feito um trabalho de divulgação nesse sentido, aproveitando o registo gratuito. Aí estamos todos de acordo.

Não estamos de acordo relativamente ao abastecimento de água. O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo diz que o investimento é elevado. O problema existe, temos de o resolver, até pedindo um empréstimo, porque senão onde é que

estamos a colocar as pessoas no centro das questões prioritárias?

Há problemas em algumas freguesias por falta de qualidade da água. Portanto o investimento que tiver de ser feito nesta área terá que ser feito e aí tem o nosso apoio.

Saliento o papel da Régiefrutas no desenvolvimento da agricultura local.

Bandeira Eco XXI: consultámos o site e diz que Tarouca foi galardoada, mas dos 59 inscritos 54 receberam o prémio. Vale o que vale e ainda para mais pagou-se 400,00€ de inscrição. Na questão do Desporto: com todo o respeito, por exemplo, o Ginásio Clube de Tarouca está a pedir a ajuda aos pais. Continuamos a defender que deve ser elaborado o plano estratégico do desporto. Olho para o relatório e vejo que o que temos mais é o desporto motorizado. Não vejo referência ao andebol nem a outras atividades desportivas.

Fiquei muito desgostoso com a execução do Plano Plurianual de Investimentos, onde se vê que não foi realizado na Segurança 100%, na Educação 68,07%, na Saúde 93,06% e na Habitação e Serviços Coletivos 59,81%.

Nas estradas, estamos a ficar com o Concelho todo esburacado. Execução orçamental da receita: 65,31%! Nas receitas correntes não percebo o desvio. Preocupa-nos a despesa com pessoal e o passivo passa de 9% para 12%.

As dívidas a terceiros a médio e longo prazo diminuíram 170.000 € e a curto prazo houve um aumento de 700.000,00 € o que significa alguma coisa.

No balanço, o passivo é de 13 milhões (aumentou), o ativo diminuiu e por isso o Resultado Líquido do Exercício aumentou 150%, superando 1,5 milhões de euros de prejuízos.

Não percebo o mapa da dívida total. Existe um valor de um milhão e vinte e oito mil euros que não entra para o cálculo, não percebo porquê, até porque é igual ao valor de folga do endividamento."

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse o seguinte:

"Promover o bem-estar das pessoas e do território é o fim primário e do trabalho de quem está no Município. Estamos de acordo nisso.

O caminho é que difere, as visões de cada um e aqui a minha visão é diferente da vossa, como é natural.

Quando analiso as contas, com mais ou menos tecnicidade, o que devemos no fundo, depois de terminado o ano, é analisar se os resultados valeram a pena. Ora, o que constato é que nós continuamos com uma dívida excessiva, com reconhecidas dificuldades de tesouraria e em fazer pagamentos a fornecedores.



Fl. 057
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

Há aqui duas empresas que são o novo banco do Município: a Águas do Norte e a EDP, o que traz depois uma dificuldade geral à gestão da autarquia.

Existem dois pilares dessa gestão diária, os fundos comunitários e as transferências do Estado, e é de facto uma preocupação porque deixam o Município completamente amarrado e incapaz de suprir necessidades importantes dos Municípes. Isto vem ao encontro das conclusões do estudo universitário de que falamos anteriormente. Este relatório coloca-nos numa situação muito difícil e com um atraso que só a benesse natural da natureza permite ir ultrapassando.

Em termos de efetivo desenvolvimento, de melhoria das condições de vida das pessoas, não é o que está a verificar-se e isso é uma preocupação.

Em relação aos acordos de pagamento, se o Município fizesse um acordo de pagamento com todos os fornecedores neste ano não tínhamos dívida, mas a dívida continuaria a existir."

A Senhora Vereador Susana Cristina Sarmento Gouveia de Assunção disse o seguinte:

"Faço minhas as palavras do Senhor Presidente da Câmara, agradecendo o trabalho de todos os técnicos, na pessoa da Dra. Luísa Ramos, pela competência e dedicação que demonstram na elaboração destes documentos, juntamente com o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

Quando à educação, não posso concordar com o Senhor Vereador José António Amaro Nunes. Fizemos bandeira de estarmos bem posicionados no ranking das escolas, porque se há motivo hoje, devemos dizê-lo hoje, reconhecendo o empenho de professores, pessoal não docente e de todos os alunos.

Devemos festejar e dar os parabéns a quem trabalhou para conseguirmos estes resultados, em especial aos alunos que nos exames nacionais obtiveram resultados excelentes que contribuíram para o bom posicionamento do nosso agrupamento ao nível Nacional.

Ação social: não foi um ano fácil, mas discretamente conseguimos dar resposta a tantas e tantas famílias, sem fazer bandeira disso.

BUPI: concordo com o Senhor Vereador José António Amaro Nunes, pois inicialmente muitas pessoas pensaram que bastava o documento do BUPI para obter o registo dos prédios omissos. Não é assim, e estão a ser prestados os esclarecimentos devidos.

Mais uma vez agradeço o trabalho feito."

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo disse o seguinte:

"Começo pela frase "colocando as pessoas no centro das decisões políticas.". Espero que tenhamos sempre esta convicção na nossa mente.

Quanto às políticas e ao caminho, afirmamos no relatório que toda a atuação organizacional é assente em princípios de isenção, igualdade e justiça.

As instituições, associações e juntas de freguesias, nossos principais parceiros, entendem cada uma das nossas dificuldades. Quando o Senhor Vereador José António Amaro Nunes fala de o Ginásio Clube de Tarouca estar a pedir a contribuição dos pais, lembro que o SCT de Tarouca faz isso desde o início da sua existência, são opções dos órgãos diretivos, os quais são legítimos.

Quanto ao desequilíbrio financeiro, quando afirmamos que o Município não se encontra assim, é exatamente verdade, mas mantemos a dificuldade de tesouraria, porque as prestações dos empréstimos contratados não diminuíram, mantêm-se.

Proteção Civil e redes primária e secundária: digo isto em nossa defesa, enquanto agentes de proteção civil, o Município tem feito um investimento enorme em termos de rede primária e rede secundária e com esse investimento têm sido minimizados os fogos florestais, o que nos traz um problema muito maior, porque a serra está com muito combustível.

A rede primária mantém desde o seu início a estratégia que decidimos e, nesse sentido, vamos continuar a fazer tudo o que for possível para manter a Serra de Santa Helena. O fogo florestal é uma gestão de combustível.

Fomos classificados como a melhor escola do Douro Sul, atendendo aos resultados nos exames nacionais. Infelizmente temos quem goste de festejar quando estamos mal no ranking. Nós gostamos de festejar quando ficamos nos melhores lugares.

Senhor Vereador José António Amaro Nunes, quanto ao Resultado Líquido do Exercício, tenha em atenção que tivemos uma redução das transferências de Estado de meio milhão de euros e de 1,2 milhões de euros de fundos comunitários. Não é um orgulho, mas podia ser pior.

Quanto aos apoios às IPSS's, houve apoios extraordinários, mas não podemos fazer com que sejam continuados.

Remoção do fibrocimento da Escola C+S: mantenho o que disse então, não havia prova de que o material ali instalado fosse prejudicial para a saúde.

Águas: É um problema que não podemos esconder e para tal temos de contratar um empréstimo de cerca de 2,5 milhões de euros, que não podemos fazer, porque já alguém se endividou antes.

E esta sua afirmação de que é por falta de qualidade da água não é verdade. É por falta de água.

Secaram as captações em Salzedas e em S. João de Tarouca, 80% do problema já foi resolvido este ano com o aperfeiçoamento da captação que existe.



Fl. 058

Volcees

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

O único sítio onde podemos dizer que não temos água com qualidade é no Couto.

Bandeira azul: inscreveram-se os 59, cujas inscrições são aceites porque conseguiram os valores para se conseguirem inscrever. Todos os Municípios tentam a inscrição, mas nem todos são admitidos. Vale bem os 400 € que pagamos para obter o galardão que obtemos há sete anos consecutivos.

Não é verdade que o que temos mais é o desporto motorizado: é descrito no relatório o BTT, o trail, downhill, caminhadas, o andebol e o futebol. A única referência ao desporto motorizado é o motocross, o que faz com que nem entenda o comentário.

Plano Plurianual de Investimentos: a obra foi realizada, mas não foi pago o que é diferente de realização física.

Encargos com passivos: quando são fixos e quando se reduz o orçamento aumenta a respetiva percentagem.

Quanto ao valor que não entra no cálculo para o limite da dívida é o conjunto de empréstimos isentos.

Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias: não posso considerar que 85 dias seja um atraso substancial nos pagamentos. Lembro que, em 2018, este valor era de 225 dias, por isso a evolução é muito positiva.

A diminuição de investimento no território nunca será pela falta de capacidade dos Executivos, será pela falta de capacidade do Governo e da falta de resposta do Plano de Recuperação e Resiliência.

Os acordos de pagamento estão todos na dívida. Não há acordo de pagamentos, para além do final de cada exercício, com outros fornecedores, nos termos da lei."

O **Senhor Presidente da Câmara** disse o seguinte:

"Depois das questões e esclarecimentos prestados, julgo que a prestação de contas tem condições para ser aprovada por unanimidade.

Falta fazer uma referência à Área Empresarial e Logística de Tarouca. Gostaríamos de a ver mais adiantada, mas também se deve à falta de empresas disponíveis para executar trabalhos de construção civil.

Quanto ao órgão do Mosteiro de S. João de Tarouca foi financiado apenas em parte pelo Município.

As Juntas de Freguesia têm sempre o nosso apoio.

IPSS's: nós não nos vamos substituir aos órgãos sociais. Somos apenas um parceiro, e estaremos atentos.

Desporto: o que me dá mais alegria é o desporto, principalmente as associações que têm crianças e jovens na formação. Admiro essas atividades e estarei sempre disponível para apoiar.

Agricultura: entre outras ações, temos ajudado na melhoria dos açudes."

Apreciados os mencionados documentos, foi deliberado por maioria de três votos a favor e duas abstenções dos Senhores Vereador José António Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias:

Aprovar, no uso da competência prevista na alínea i) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12.09, os presentes documentos de prestação de contas referentes ao ano de dois mil e vinte e dois;

Aprovar o relatório de gestão;

Aprovar a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, constante do relatório de gestão, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, e que a seguir se transcreve na íntegra: "Propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2022, no valor de - € 1.522.416,57 (valor negativo de um milhão e quinhentos e vinte e dois mil e quatrocentos e dezasseis euros e cinquenta e sete cêntimos), seja transferido para resultados transitados."

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3 - ENCERRAMENTO DE CONTA BANCÁRIA NO "BANCO SANTANDER TOTTA" - PROPOSTA

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

Encerramento de conta bancária no "Banco Santander Totta, S.A."

Proposta

Em virtude de, atualmente, não ser necessária para arrecadação de receita, **proponho** a V. Excias que esta Câmara Municipal delibere, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22.02, autorizar o encerramento da conta bancária aberta no "Banco Santander Totta, SA", agência de Lamego, com o IBAN PT50 0018 00004060642900176.

Paços do Município, 16.04.2023

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira".

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que o crédito bancário que determinou a abertura desta conta está pago, pelo que a mesma deixa de ser necessária.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade autorizar o encerramento da conta bancária aberta no "Banco Santander Totta, SA", agência de Lamego, com o IBAN PT50 0018 00004060642900176.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4 - CONTA BANCÁRIA NA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE PARA CAUÇÕES A FAVOR DO MUNICÍPIO - PROPOSTA



Fl. 059

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

Conta bancária aberta na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro e Lafões, CRL - Exclusivamente destinada a cauções a favor do Município, no âmbito do Código dos Contratos Públicos

Proposta

Em 03.03.2009, foi deliberado autorizar a abertura de uma conta bancária na "Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro e Lafões, CRL", Agência de Tarouca, a qual está afeta desde o início ao depósito das quantias retidas nos pagamentos efetuados em contratos de empreitadas de obras públicas e de aquisição de bens e serviços, para garantia da respetiva boa execução, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Uma vez que essa indicação não consta expressamente da deliberação proferida, sendo no entanto necessária, **proponho** a V. Excias que esta Câmara Municipal delibere, nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n° 54-A/99, de 22.02, declarar que a conta bancária aberta na "Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro e Lafões, CRL", agência de Tarouca, com o IBAN PT50 0045 31404022709835916 se destina exclusivamente ao depósito das quantias retidas nos pagamentos efetuados em contratos de empreitadas de obras públicas e de aquisição de bens e serviços, para garantia da respetiva boa execução, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Por essa razão apenas poderá ser movimentada para arrecadação das retenções efetuadas a título de caução e devolução destas quantias, quando forem devidas.

Paços do Município, 16.04.2023

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira".

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade declarar que a conta bancária aberta na "Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro e Lafões, CRL", agência de Tarouca, com o IBAN PT50 0045 31404022709835916 se destina exclusivamente ao depósito das quantias retidas nos pagamentos efetuados em contratos de empreitadas de obras públicas e de aquisição de bens e serviços, para garantia da respetiva boa execução, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Por essa razão apenas poderá ser movimentada para arrecadação das retenções efetuadas a título de caução e devolução destas quantias, quando forem devidas.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 03.02.2023 A 17.04.2023

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO
INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 03.02.2023 A 17.04.2023**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 14.12.2022, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2023, junto se anexa a respetiva lista, referente ao período de 03.02.2023 a 17.04.2023, cujos valores totais a seguir se indicam:

Ano	1º Período	Período atual	Acumulado desde 01.01.2023
2024	190.443,58 €	239.635,87 €	430.079,45 €
2025	189.000,00 €	2.936,21€	191.936,21 €
Tota l	379.443,58 €	242.572,08 €	622.015,66 €

Paços do Município, 17.04.2023

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira".

Verificou-se que a presente informação vem acompanhada da lista contendo a identificação individual de cada um dos compromissos plurianuais assumidos, composta por sete folhas.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra



Fl. 060
[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

de interesse para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 01.04.2023 a 16.04.2023

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- **Associação de Dadores Benévolos de Sangue da Cidade de Tarouca**

Total: € 480,00

Finalidade: Apoio em espécie (refeições), aquando da recolha de sangue no dia 19/03/2023.

Tarouca, 17 de abril de 2023

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar Pereira de Carvalho".

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 7 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o Município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 01.04.2023 a 16.04.2023

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- **Fábrica da Igreja Paroquial de Várzea da Serra**

1. Total: € 332,42

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para a Igreja de Várzea da Serra.

- **Assembleia de Compartes dos Baldios de Vila Chã da Beira**

Total: € 299,63

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para o parque e merendas de S. Mamede em Vila Chã da Beira.

Tarouca, 17 de abril de 2023

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar Pereira de Carvalho".

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

PONTO 8 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número cinquenta e oito de dezanove de abril corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 323.653,11 (trezentos e vinte e três mil e seiscentos e cinquenta e três euros e onze cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 288.131,60 (duzentos e oitenta e oito mil e cento e trinta e um euros e sessenta cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

PONTO 9 - 2ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO 2023

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, a qual a seguir se transcreve:

"2ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO 2023

PROPOSTA

Considerando que:

1. Relativamente ao Orçamento da Receita:

Em reunião desta Câmara Municipal de hoje, foram aprovados os documentos de prestação de contas do ano 2022, incluindo o mapa da Demonstração dos Fluxos de Caixa, que prevê o saldo para a gerência seguinte (SGS) da execução orçamental no montante de € 58.816,45.

Este saldo pode ser integrado mediante em revisão orçamental, relevando na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir (nº 5 do artigo 40º da Lei nº 73/2013, de 03.09);

2. Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, é necessário criar o projeto "Ampliação do bar/restaurante das Piscinas Municipais" - Empreitada.

3. Relativamente ao Plano de Atividades Municipais, é necessário, nomeadamente, reforçar as ações relacionadas a transferência de competências nos domínios da educação e da saúde;

4. Em contrapartida, é reforçado o Orçamento da Despesa, **proponho** a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma, a seguinte proposta de 2ª alteração



Fl. 061
Valdemar

MUNICÍPIO DE TAROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano 2023, cujos mapas se anexam:

*2ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços no montante total de € 58.816,46, em receitas não efetivas;

* 2ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa que apresenta, em despesas efetivas, no ano 2023, inscrições/reforços no montante total de € 67.718,46 e diminuições/anulações no montante total de € 8.900,00 e no ano 2024, inscrições/reforços igual às diminuições/anulações, no montante de € 5.000,00;

*2ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos que não apresenta variações; e

*2ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipal que apresenta uma variação positiva no montante total de € 29.818,46.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.2 e 8.3.2.2. do POCAL (aplicável por força da alínea b) do nº1 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11.09) e Norma de Contabilidade Pública 26 (anexo II ao Decreto-Lei nº192/2015, de 11.09).

A presente alteração cumpre a regra do equilíbrio orçamental.

Paços do Município, 20.04.2023

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira".

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma, a seguinte proposta de 2ª alteração modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano 2023, cujos mapas se anexam:

*2ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/reforços no montante total de € 58.816,46, em receitas não efetivas;

* 2ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa que apresenta, em despesas efetivas, no ano 2023, inscrições/reforços no montante total de € 67.718,46 e diminuições/anulações no montante total de € 8.900,00 e no ano 2024, inscrições/reforços igual às diminuições/anulações, no montante de € 5.000,00;

*2ª alteração modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos que não apresenta variações; e

*2ª alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipal que apresenta uma variação positiva no montante total de € 29.818,46.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.2 e 8.3.2.2. do POCAL (aplicável por força da alínea b) do nº1 do artigo 17º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11.09) e Norma de Contabilidade Pública 26 (anexo II ao Decreto-Lei nº192/2015, de 11.09).

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas doze horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Leonor Maria de Jesus Teixeira Ramalho*, Chefe de Divisão, a subscrevi.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Leonor Maria de Jesus Teixeira Ramalho', is written over the text of the document.